

Pesticidas agrícolas: o possível e o desejável

» ALYSSON PAULINELLI

Foi ministro da Agricultura (1974-79), é presidente do Instituto Fórum do Futuro

» ANTONIO LICIO

Economista PhD, é consultor em Brasília e conselheiro do Instituto Fórum do Futuro

A relação da humanidade com pragas e doenças agrícolas é milenar e bíblica: entre as 10 pragas que teriam sido lançadas por Deus sobre o Egito Antigo no reinado do faraó Ramsés II (1213-1270 a.C.) por sua intransigência quanto à liberação dos hebreus, consta uma nuvem de gafanhotos que destruiu as lavouras daquela região e lastrou fome e miséria por todo o reinado, forçando o faraó a liberar aquele povo. Passaram-se mais de 2 mil anos e os bichinhos voadores continuam a ameaçar as lavouras, como foi o caso recente na fronteira Paraguai-Argentina-Brasil em 2021. A diferença dessa última invasão foi a existência de pesticidas — produtos químicos solventes em água — lançados sobre a nuvem dos insetos por nada menos que aviões agrícolas, tecnologias que os antigos egípcios nem de longe pensariam um dia existir e que poderiam ter mudado o curso da história e das religiões. O Egito na época era o maior celeiro alimentar do mundo pelos sedimentos depositados nas margens de seu Rio Nilo e ali teriam nascido os primeiros combates às pragas agrícolas.

Pesticidas consideram-se todos os elementos químicos ou compostos capazes de controlar pragas como: 1) ervas; 2) insetos; 3) fungos; 4) ácaros; 5) nematoides; 6) bactérias; 7) vermes; 8) roedores. Fica claro que sua ação não se restringe aos usos agrícolas, mas também à defesa dos humanos e animais. Mutatis mutandis, sua falta também é dramática, além de praga do Egito. A peste bubônica do século 14 (1350-1355) matou metade da população europeia de cerca de 100 milhões de pessoas à época e mais um tanto na Ásia e Oriente por falta de um inseticida capaz de eliminar uma pulga que usava ratos como hospedeiros. O imperador D. Pedro II perdeu o filho mais novo e herdeiro do trono, Pedro Afonso, em 1850, com um ano e cinco meses, pela febre amarela então endêmica no Rio de Janeiro.

Desolado e amargurado procurou alternativas para o controle do mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da doença e de outras, quando alguém lhe sugeriu aspergir nas áreas infestadas fuel oil de embarcações diluído em água, o que fez e eliminou, além da febre amarela, a malária e a dengue, tendo criado para tal os pelotões de mata-mosquitos, que perduraram na cidade com seus macacões amarelos até finais do século passado. Desinfetantes bactericidas aplicados em hospitais são aceitos e mesmo exigidos pela sociedade para prevenção de infecções hospitalares. Da mesma forma, o uso de cloro na água a ser consumida nas cidades está consagrado e não é questionado quando dentro de limites cientificamente definidos. O homem moderno não vive mais sem pesticidas, mas, quando se trata de aplicações agrícolas em lavouras e animais, todo tipo de reações contrárias são levantadas, como se possível fosse produzir alimentos sem o uso desses produtos. Como entender?

Um forte candidato a explicar as reações da sociedade contra pesticidas são os potenciais usos de controles biológicos aparentemente inofensivos ao homem e ao meio ambiente em substituição aos químicos. Usam de elementos da própria natureza, como insetos e micro-organismos naturais predadores de seus similares que atacam as lavouras e animais. A falsa informação transmite ao consumidor a ideia de que essas tecnologias estão consagradas, tem baixos



custos e não são aplicadas pelo agricultor porque ele seria “ganancioso” e não quer gastar um pouco mais de seus “ganhos fabulosos” em práticas ambientalmente saudáveis.

Controles biológicos são mais comuns de uso em produtos consumidos in natura (verduras e frutas) por serem mais suscetíveis de carregarem resíduos de pesticidas e terem valores específicos (\$/kg) bem mais altos, portanto capazes de suportarem custos de controles mais elevados. Entram no processo chamado de produção orgânica, aquele em que são tolerados somente esses controles e excepcionalmente alguns químicos cujos produtos logram preços até 100% mais elevados do que seus similares comuns, levando esperanças a um controle mais sadio no futuro. O problema atual está, além dos altos custos, na fiscalização que requereria ações 24 horas/dia todos os dias do ano para garantir que, numa crise de infestação, o agricultor não apelasse para os químicos. Por seu lado, pesticidas bem dosados são absolutamente inócuos, como afirmou Paracelsus há 500 anos e estão consagrados como processos avançados de controle conhecidos como Análise de Riscos, já em operação no Brasil e outros países grandes produtores agrícolas. Desenvolver plantas resistentes também é uma esperança.

A literatura atual é muito restrita, mas revela interessantes aspectos do uso de pesticidas: 1) as frutas

e verduras — consumo in natura — detêm a maior concentração de uso, variando entre 10-20 kg/há; 2) quanto mais frio o clima, menor uso (pela quebra do ciclo de vida dos insetos e micro-organismos); 3) China e Japão usam no total 13,1kg/há e 11,8 kg/há respectivamente devido à grande produção e consumo de arroz “inundado”; 4) Brasil e Estados Unidos, grandes produtores de grãos, concentram no total 6kg/há e 3kg/há respectivamente (Worldmeter/Faostat, 2018).

E se sustássemos os usos de pesticidas? Segundo ainda a literatura disponível, as perdas de frutas e verduras seriam desastrosas, entre um máximo de 100% (maçãs) e mínimo de 57% (batatas); de grãos entre 24% (trigo), 37% (soja) e 57% (arroz), suficientes para tirar dos negócios todos os agricultores (Knutson, R.: *Economic Impacts of Reduced Pesticides Use in the US*; Texas A&M Univ, 1999). Recente frustração de safra brasileira de café por ação de geadas quebrou a oferta mundial em 7,5% e os preços dispararam de um patamar desde 2014 de US\$ 120/saca para os atuais US\$ 250/saca. O que aconteceria com os preços dos alimentos no caso de uma frustração de safra de impacto global? As estatísticas e estimativas econômicas atuais não permitem essa previsão, mas a prudência e a responsabilidade recomendariam a manutenção, pelo menos por ora, do uso dos pesticidas sob pena de desastre genocida.

O trabalho invisível que salva vidas

» DOVERCINO NETO

Presidente da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais (FenaPRF)

Diz o ditado que “é melhor prevenir do que remediar”. Com essa visão que salva vidas e um trabalho silencioso e eficaz, a Polícia Rodoviária Federal (PRF) divulgou o balanço da Operação Carnaval, realizada entre 25 de fevereiro e 2 de março, que teve por objetivo “promover a segurança viária nos deslocamentos dos usuários pelas rodovias federais”. Segundo a corporação, foram mais de 300 mil pessoas fiscalizadas, com 77.832 autos de infração, 78.958 testes de etilômetro e 1.092 prisões. Aconteceram 330 acidentes graves, com 106 mortes e 1.298 pessoas feridas, além da recuperação de 201 veículos roubados, a apreensão de 2 toneladas de maconha e 437 quilos de cocaína durante a operação, que parou 132.931 veículos em todo o país.

O levantamento aponta que houve alta em todos os registros em comparação com 2021, tanto no que diz respeito ao aumento nas fiscalizações e apreensões, quanto, infelizmente, na quantidade e na letalidade dos acidentes de trânsito, apesar do máximo empenho dos policiais no combate à violência nas rodovias brasileiras.

Um fato extremamente importante: a visão que a sociedade tem dos PRFs é a de uma polícia cidadã, que protege, informa e que ajuda e orienta motoristas Brasil afora. Outro fato que merece destaque são os números que mostram claramente o trabalho silencioso e eficiente que os policiais rodoviários federais desenvolveram apenas em um período relativamente curto. O dia a dia dos PRFs é tão agitado quanto nos feriados prolongados, mas a estrutura disponível está bastante aquém do necessário.

Muito se falou nos últimos meses sobre aumento nos salários, mas pouco se informou sobre a necessidade de reestruturação da categoria. Quando o presidente Jair Bolsonaro declarou que destinaria recursos do Orçamento de 2022 para os PRFs, ele estava reconhecendo a importância e a necessidade de reestruturar uma carreira tão desestruturada em sua organização. Não se pode deixar de lembrar que, desde que deixou de fazer parte do antigo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (Dner) e passou a integrar a estrutura do Ministério da Justiça, a PRF jamais teve uma reestruturação.

Vale destacar que a PRF atua em mais de 75 mil quilômetros de estradas e rodovias federais de norte a sul do país, por onde circula a maior parte da economia nacional. Por isso a importância de seu trabalho e a responsabilidade que os cerca de 12 mil policiais rodoviários federais têm em garantir a livre fluidez viária e a defesa da vida, além do combate aos mais variados tipos de crimes.

A despeito da reconhecida entrega que a PRF faz à sociedade brasileira, a limitação da estrutura organizacional hoje existente impede ou limita os resultados da atuação da corporação nos recorrentes registros de apreensões de drogas, armas, munições, contrabando, recuperação de veículos, fiscalizações e ações educativas para um trânsito mais responsável e seguro.

Enfatizamos que a reestruturação da carreira e da instituição PRF não se trata de nenhuma medida de bondade ou benevolência. Se trata, sim, de uma necessidade, que beneficiará toda a sociedade e, nesse sentido, estamos apresentando dados comprovando a carência que se apresenta frente às demandas de um Brasil em desenvolvimento, que exige uma segurança pública mais eficiente que assegure que a prosperidade econômica e social não esbarre na ausência estatal, pois são diversos os pilares que compõem a organização e o desenvolvimento da nação, como o investimento em educação, em tecnologia, na matriz energética, na infraestrutura e, certamente, em segurança pública.

Se perguntarem a qualquer policial rodoviário federal qual o maior desejo da categoria, a resposta será única: desenvolver o trabalho, de preferência preventivo, de forma silenciosa e eficaz, como sempre fizeram, e principalmente salvar vidas. Que os PRFs ainda trabalhem com limitações e barreiras estruturais e organizacionais, isso é fato. Agora, podem imaginar o resultado desse mesmo serviço sendo executado após o fortalecimento institucional e a efetiva reestruturação da carreira?

O impacto da liderança feminina no mercado de trabalho

» TÂNIA ZANELLA

Superintendente do Sistema OCB e vice-presidente tesoureira do Instituto Pensar Agro (IPA)

A ascensão feminina no mercado de trabalho é tema constante de debates. Nos últimos 20 anos ou mais, a possibilidade de as mulheres ocuparem cargos estratégicos de chefia ou direção deixou de ser considerada um tabu, mas ainda é motivo de inúmeras discussões envolvendo questões como igualdade de oportunidades e salários, competência, assertividade, maturidade. Diversos estudos apontam, no entanto, que o reconhecimento e valorização da mulher como líder e o incentivo à igualdade de gêneros beneficia não apenas as mulheres, mas a economia como um todo.

No Brasil, de acordo com os últimos dados do estudo Estatísticas de Gênero, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), as mulheres representam apenas 37,4% dos cargos de gestão. Os motivos, também segundo o estudo, se devem principalmente às expectativas impostas em razão da maternidade e aos padrões socioculturais que as sobrecarrega, como os afazeres domésticos mesmo quando dividem a casa com um parceiro.

Há, no entanto, outras barreiras potenciais que impedem a ascensão natural das mulheres no campo profissional. Algumas delas são deficiência na educação e ausência de treinamentos específicos e experiências profissionais. Isso sem contar, é claro, os obstáculos mais comuns dentro das organizações como a discriminação, os estereótipos e os preconceitos.

Ainda assim, quando a oportunidade surge, mulheres provam que podem alcançar os melhores

resultados por meio de uma gestão madura e eficiente. A verdade é que, na prática, as líderes femininas acabam levando para as organizações tudo aquilo que apreendem e desenvolvem no dia a dia familiar e no convívio com a sociedade.

Somos fortes e estamos prontas para focar nos negócios, sem deixar de lado as pessoas a nossa volta. Como planejadoras que somos, estamos preparadas para vencer a médio e longo prazo, o que nos diferencia em negociações e também na compreensão de que sempre é possível encontrar uma saída em que todos ganhem, ou seja, a cooperação. Usamos capital humano para agregar. Conseguimos resultados com um jeito carismático e envolvente, e mais do que isso, fazemos tudo de forma natural.

Em um mundo onde a competitividade é cada vez mais acirrada, nossa capacidade multifocal é um diferencial relevante. Ela nos permite fazer e resolver diversas atividades e problemas ao mesmo tempo e ainda observar detalhes nem sempre tão explícitos. Além disso, nossa habilidade para inovar, convencer, vender ideias, envolver pessoas e interagir com o sistema psicossocial das organizações nos tornam preparadas para os mais diversos desafios. Somos experts em manejo de crises e nos adaptamos com facilidade às necessidades de mudanças.

Claro, esse nunca é um caminho fácil. Exige estudo, determinação, força de vontade e resiliência. Mas é também uma conquista que precisa ser considerada cada vez mais natural e constante, uma vez

que a diversidade é importante em todo e qualquer modelo de negócio e tem se provado, cada vez mais relevante para o sucesso das organizações.

No cooperativismo, por exemplo, temos trabalhado para impulsionar as oportunidades entre as mulheres, permitindo assim, que ocupem mais cargos de liderança e assumam o protagonismo que merecem. O Comitê Nacional de Mulheres do Sistema OCB, Elas pelo Coop, criado em 2020, tem como proposta realizar capacitações, treinamentos, intercâmbios e eventos para oferecer às cooperadas novos conhecimentos e experiências, ampliando a representatividade feminina no cooperativismo e, em especial, nos cargos de liderança.

O Anuário do cooperativismo brasileiro 2021 aponta que as mulheres representavam, em 2020, 40% dos mais de 17 milhões de cooperados, sendo que 17% delas ocupavam cargos de presidência ou vice-presidência. Para o próximo anuário, com previsão de lançamento em julho deste ano, esperamos poder apontar um percentual maior em relação a liderança feminina como resultado das ações que temos empreendido.

Como mulheres, precisamos continuar sendo persistentes e rompendo barreiras, mostrar que podemos fazer a diferença. Nossa importância no mundo corporativo já está mais do que provada. Falta agora consolidarmos nossa presença e mostrarmos que juntos, homens e mulheres, podem construir um mundo com cada vez mais igualdade e inclusão.